



QUAL CULTURA BRASILEIRA? Análise da cobertura cultural sobre o Brasil no jornal português *Público*¹

WHICH BRAZILIAN CULTURE? An analysis of Brazilian cultural coverage in the Portuguese newspaper *Público*

Mariana Scalabrin Müller²

Resumo: Ao designar determinada editoria como cultural e inserir ali temáticas, pessoas e expressões artísticas, a prática jornalística contribui para a construção de uma noção partilhada sobre o que é e o que não é cultural em determinado contexto. Este artigo apresenta uma Análise de Conteúdo de abordagem quantitativa e qualitativa sobre a cobertura da editoria de cultura do jornal português *Público* centrada no Brasil. Foram analisadas 437 peças jornalísticas publicadas em 2018 na edição digital do jornal e selecionadas por meio de palavras-chave (Brasil, brasileira etc.). Tendo em conta as características das relações de Brasil e Portugal, iniciadas no período colonial, o enquadramento teórico reúne perspectivas decoloniais e conceitos como representações sociais, memória social e estereótipos. O objetivo é mapear padrões editoriais que permitam a identificação de uma noção de cultura brasileira apresentada na cobertura jornalística.

Palavras-Chave: Cultura brasileira. Brasil. Portugal.

Abstract: By designating a specific section as cultural and including themes, people, and artistic expressions, journalistic practice contributes to constructing a shared notion of what is and is not considered cultural in a given context. This paper presents a Content Analysis with quantitative and qualitative approaches to the cultural section coverage of the Portuguese newspaper *Público*, focusing on Brazil. 437 journalistic pieces published in the newspaper's digital edition (2018) were analyzed, based on keywords (Brazil, Brazilian, etc.) selection. Considering the historical relations between Brazil and Portugal, which began during the colonial period, the theoretical framework incorporates decolonial perspectives and concepts such as social representations, social memory, and stereotypes. The objective is to map editorial patterns that allow the identification of a notion of Brazilian culture as presented in journalistic coverage.

Keywords: Cultura brasileira. Brazil. Portugal.

1. Introdução

A relação de Brasil e Portugal, iniciada na colonização europeia no século XVI, é marcada por uma série de aspectos chave para a compreensão do recorte analítico que propomos neste artigo. Destacamos o genocídio dos povos indígenas, o tráfico transatlântico

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Universidade do Minho, doutora em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, marianasmuller@gmail.com.

de escravizados, a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, o processo atípico de independência do Brasil, uma língua compartilhada e diversas ondas migratórias entre os dois países. Atualmente os brasileiros são a maior comunidade estrangeira residente em Portugal, representando 35,3% do total (LOPES; SOUSA, 2023).

A compreensão crítica da cobertura jornalística sobre Brasil em Portugal exige o acionamento de diferentes pensadores com abordagens decoloniais. Quijano (2005) destaca que a colonialidade do poder pode ser considerada um elemento do capitalismo contemporâneo, enraizada em uma visão de mundo eurocêntrica e que persiste após o fim da administração colonial. Nesse sentido, a colonialidade expressa-se especialmente em três dimensões: poder, ser e conhecimento (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO; WALSH, 2018; CABECINHAS; BARROS, 2022). Os autores consideram, por exemplo, que o racismo e o sexismo fundamentaram a noção de colonialidade do ser.

Em lógica semelhante, Santos (2002) e Cesarino (2012) acreditam que é visível nas sociedades brasileira e portuguesa vestígios de colonialismo interno. A noção de colonialismo interno é entendida como uma continuidade do colonialismo, propagada por parte das elites nacionais contra grupos desfavorecidos, por exemplo, negros e indígenas. Nesse contexto, Walsh (2018) argumenta que a práxis decolonial atua nas fissuras, nas margens e nas fronteiras dessa ordem dominante.

Tendo em conta a abordagem teórica aqui proposta, este artigo não busca se associar a uma definição específica de cultura, por exemplo, Cuche (1999), Williams (1981) ou Eagleton (2005). O objetivo é centrar-se naquilo que o jornalismo apresenta como cultura ou cultural, tendo como base uma compreensão do jornalismo enquanto construção social da realidade (ALSINA, 2009; HALL et al., 1999). Considerando que os jornalistas interpretam os fatos a partir de uma noção de consenso sobre a vida cotidiana (HALL et al., 1999), análises da cobertura jornalística permitem a identificação de mapas de significado. Nessa perspectiva, o mapeamento do que é considerado cultural (ou não) por um jornal pode contribuir para o debate sobre o que é cultura em um determinado contexto.

Nas seções a seguir, apresentamos uma aproximação da prática jornalística a conceitos como as representações sociais, a memória e os estereótipos. Discutimos ideias como mediação e visibilidade, centrais para uma análise crítica do jornalismo cultural. Por fim, detalhamos os procedimentos metodológicos e apresentamos nossa análise e considerações finais.

2. Representações sociais, memória, estereótipos e a prática jornalística

Moscovici (1988) define as representações sociais como um fenômeno específico relacionado com uma forma particular de compreensão e comunicação, que tem em conta práticas cotidianas. Para o autor (MOSCOVICI, 1988), as representações sociais são estruturas dinâmicas, uma forma específica de entender e comunicar o que já se sabe. Ao sistematizar características do conceito, Jodelet (2018, p.430) aponta que as representações sociais “são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais” e “são forjadas na interação e em contato com os discursos que circulam no espaço público”.

A forma como Moscovici (1988) e Jodelet (2018) definem as representações sociais as aproxima do processo de construção das notícias. Especialmente da etapa de identificação e contextualização dos fatos que serão transformados em notícias. Conforme Hall et al. (1999), os jornalistas utilizam quadros de referência, ou “mapas” culturais do mundo social, em um processo que é constituído por suposições sobre o que é a sociedade e como ela funciona. Isso significa dizer que os jornalistas interpretam fatos e acontecimentos a partir de enquadramentos que derivam de uma noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana (HALL et al., 1999).

Desse modo, considerando que as representações sociais são uma forma de comunicar o que já se sabe, que tem em conta as práticas cotidianas (MOSCOVICI, 1988) e que são forjadas na interação com os discursos que circulam no espaço público (JODELET, 2018), podemos dizer que são visíveis na prática jornalística. Entendemos que a proposta teórica de Moscovici (1988) está alinhada à compreensão do jornalismo enquanto construção social (ALSINA, 2009), que tem como base a noção de construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2010). Aproxima-se, também, da compreensão da memória como um produto e processo também social que:

...não pode ser entendido sem ter em conta as relações de poder, as forças assimétricas e os filtros que operam em determinado contexto cultural, a agência individual e grupal, as experiências e trajetórias pessoais, e as “ferramentas” e “veículos” da memória, tanto em suas formas corporificadas quanto tecnológicas (CABECINHAS, 2018, p.7).

O recorte desta pesquisa pressupõe um olhar para o contexto sócio-histórico de Brasil e Portugal e, consequentemente, para o passado. Por isso, cabe retomar brevemente as reflexões de Erll (2011) sobre a memória. A autora (ERLL, 2011) afirma que a memória envolve o esquecimento e que a memória individual é dependente dos enquadramentos socioculturais dos

indivíduos. Entendemos que a forma como o jornalismo aciona o passado – ou o ignora – expõe indicadores sobre a construção da memória, de representações sociais, além das relações de poder e de força presentes em um determinado contexto. Soma-se a isso, indicadores sobre ideias estereotipadas sobre determinado país, suas pessoas e manifestações culturais.

Em linha com os demais conceitos aqui apresentados, Tajfel (1963) enfatiza o caráter social embricado na construção de estereótipos, processo pelo qual os mídia também desempenham papel relevante. A partir da ideia chamada de "jogo do estereótipo", Tajfel (1963) apresenta um processo cotidiano que frequentemente leva a construção de estereótipos e, também, de preconceitos. De forma resumida, isso se dá quando olhamos para alguém e buscamos identificar essa pessoa em uma lógica de “o que combina com o que”, açãoando rótulos. Esses rótulos podem estar relacionados, por exemplo ao pertencimento a um grupo – nacional, étnico, religioso, racial, social, profissional ou outro qualquer. Essa interpretação não é aleatória, é social e baseada em estereótipos já disseminados no ambiente social.

Conforme Tajfel (1963), a estereotipagem está ligada a uma ideia de simplificação, algo que consideramos comum na prática jornalística. Um exemplo é o uso repetitivo de adjetivos ou apostos para caracterizar determinado país ou nacionalidade sem maiores informações contextuais. É o que acontece com a expressão "país do carnaval", no caso do Brasil, ou "país do fado", em referência a Portugal. O uso indiscriminado de determinadas imagens em referências a um país ou cidade acabam por simplificá-las e reduzir suas particularidades - como acontece com imagens do Pão de Açúcar para apresentar o Rio de Janeiro ou o Brasil e de um elétrico amarelo no caso de Lisboa ou de Portugal.

Por fim, destacamos as considerações de Arenas (2003) sobre estereótipos e clichês associados ao Brasil e a Portugal em uma pesquisa centrada nos dois países e suas subjetividades. No caso do Brasil, naquele momento permaneciam as imagens de um paraíso tropical exuberante, com "mulatas" sensuais, jogadores de futebol ou um carnaval sem fim. Ao mesmo tempo, foram identificadas associações a casos de violência, pobreza, corrupção e injustiça social. Já no imaginário de Portugal permanecia a ideia de um país pobre e arcaico, parado no tempo, em que camponesas rústicas vestidas de preto cantam fados melancólicos. Para Arenas (2003), essa visão simplificada, distorcida e estereotipada que Brasil e Portugal têm um do outro revela mais uma faceta da complexa relação luso-brasileira.

3. Jornalismo cultural: mediação, visibilidade e poder

Para compreender o jornalismo cultural é necessário ter em conta que, apesar das diversas transformações tecnológicas que circundam o jornalismo na contemporaneidade, a prática envolve necessariamente mediação e visibilidade. Além disso, trata-se de uma estrutura envolva em disputas e tensões entre dois campos, o campo do jornalismo e o da produção cultural.

Aparecer na cobertura jornalística significa estar visível, legitimado e acumular prestígio, ciclo diretamente relacionado a proposta de Bourdieu (2004; 2008) de criação, circulação e consagração de bens simbólicos. Para Bourdieu (2004; 2008), o prestígio é um capital útil e reconhecido no campo artístico, que confere autoridade a quem o acumula.

Para Golin e Cardoso (2009), os jornalistas culturais estão em uma posição privilegiada de mediação entre o sistema cultural e o público. Nesse ciclo, os jornalistas também se beneficiam do prestígio de artistas e instituições culturais que destacam em suas coberturas. Em linha com essa ideia, Janssen e Verboord (2015) afirmam que os jornalistas estão entre os profissionais que desempenham um papel ativo no ciclo de produção de bens culturais. Especialmente em duas etapas: a primeira delas compreende o marketing e a venda dos produtos culturais; a segunda, a avaliação, a classificação e a criação de significado sobre esses produtos (JANSSEN; VERBOORD, 2015).

Ao refletir sobre a mediação e a visibilidade no jornalismo cultural, Gripsrud (2017) afirma que a mediação vai além da relação entre o público e as experiências estéticas. Para o autor (GRIPSRUD, 2017), a mediação estabelecida na cobertura jornalística da cultura desempenha um papel fundamental nas influências culturais e políticas.

Nesse sentido, cabe dizer que este estudo insere-se numa corrente de pesquisas da cobertura jornalística da cultura, a maioria delas de forma longitudinal, focada em diferentes países e contextos. É o caso do trabalho de Janssen, Kuipers e Verboord (2008) centrado na análise de diferentes jornais europeus entre 1955 e 2005, e de Roosvall e Widholm (2018) que analisaram mídias suecos. Baptista (2017) analisou veículos portugueses, Santos Silva (2016) centrou-se em Portugal e no Reino Unido, enquanto Golin et. al (2014) analisaram o extinto suplemento Cultura, do jornal Zero Hora, no Rio Grande do Sul, Brasil. Esses trabalhos tem em comum a busca, na cobertura jornalística, por indicadores que permitam uma análise crítica do que tem espaço ou não no jornalismo designado como cultural - e como.

4. Metodologia

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa mais extensa, desenvolvida no âmbito de um doutorado. A tese em questão analisa peças publicadas em dois jornais, *Folha de São Paulo* e *Público*, com um olhar cruzado sobre os dois países nos anos de 2012 e 2018. Ao todo, foram analisadas 1118 peças jornalísticas (N=1118) (MÜLLER, 2021). Com o intuito de aprofundar a análise já estruturada, centramos nossa atenção aqui apenas às peças publicadas no jornal português *Público* no ano mais recente, 2018 (n=437).

O objetivo geral deste artigo é caracterizar a cobertura jornalística da cultura no jornal *Público* (2018) centrada no Brasil. Foram estruturados dois objetivos específicos: 1) Mapear os padrões editoriais da cobertura cultural sobre o Brasil no jornal *Público*; 2) Identificar uma noção de cultura brasileira apresentada na cobertura jornalística.

A amostra foi estruturada a partir da busca por palavras-chave na editoria de cultura do site do jornal *Público*. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Brasil, brasileiro, brasileira, brasileiros e brasileiras. A Análise de Conteúdo (AC) foi a técnica escolhida tendo em conta uma série de especificidades, entre elas está a extensão do corpus analisado e a busca por identificar padrões.

Para a aplicação da AC de abordagem quantitativa e qualitativa (BARDIN, 1977; NEUENDORF, 2002) foi criada uma tabela de análise com 15 variáveis que abordam elementos substantivos das peças (autoria, gênero jornalístico, valores notícia, protagonista, formato multimídia etc.) e menções cruzadas a Portugal e ao Brasil (MÜLLER, 2021). A tabela foi construída de modo a criar um mapa sobre a cobertura estruturado em dois grandes eixos: os estudos culturais e a prática jornalística, especialmente o processo de construção das notícias. Neste artigo, centramos nossa análise nas variáveis que permitem a análise inferencial sobre a noção de cultura socialmente construída na cobertura cultural no recorte escolhido - peças sobre o Brasil publicadas em um veículo português. São elas: Foco da Peça, Subsetor de Arte e Cultura, Protagonistas e suas Características, Fontes e Origem das Fontes.

Para definir o tamanho da amostra necessário para o teste de confiabilidade entre codificadores, aplicamos uma equação proposta por Lacy e Riffe (1996, p. 965), com um intervalo de confiança de 95% e uma coincidência esperada de 80%. Como resultado, 62 artigos foram codificados pela autora e por um codificador independente. O resultado foi que 90,4% de todos os itens coincidiram, validando a confiabilidade entre codificadores esperada para esta amostra.

Todas as peças foram categorizadas nas 15 variáveis apresentadas no programa Excel, e os dados encontrados foram analisados nos programas Excel e SPSS. Entre as limitações do estudo está o fato de as imagens das peças jornalísticas não terem sido analisadas, decisão tomada tendo em conta a exequibilidade do trabalho desenvolvido. A análise qualitativa da amostra teve em conta o referencial teórico aqui apresentado.

5. As peças jornalísticas do *Público* centradas no Brasil

Tendo em conta o referencial teórico utilizado e os objetivos específicos apresentados, foram criadas duas variáveis que dizem respeito ao foco principal da peça jornalística (algo relacionado ao Brasil, a Portugal, a um Terceiro País ou algo não relacionado a um país) e às menções secundárias aos dois países. O objetivo era identificar de forma precisa quais peças jornalísticas tinham o Brasil - ou a cultura brasileira - no centro. Essas variáveis permitiram uma análise pormenorizada em relação ao foco e, por consequência, ao conteúdo dessas peças. Elas também estruturaram a análise que apresentaremos a seguir.

Ao todo, foram analisadas 437 peças publicadas na editoria de cultura do jornal *Público* em 2018. Desse total, 117 efetivamente focam um produto, artista, obra ou outro do Brasil, o que significa 26,8% do total analisado. Entendemos que este número revela algum grau de apagamento, visto que a grande maioria das peças publicadas não tem uma manifestação cultural, pessoa, produto ou outro do Brasil no centro.

Considerando que as representações sociais são forjadas na interação com os discursos que circulam no espaço público (JODELET, 2018), que os jornalistas utilizam “mapas” culturais do mundo social no processo de construção das notícias, que o processo de construção de estereótipos também é social (TAJFEL, 1963) e que a memória pressupõe o esquecimento (ERLL, 2011), estabelecemos mais um recorte em nossa análise. Tendo em conta os objetivos específicos propostos, centramos nossa atenção às 117 peças que têm algo da cultura brasileira no foco.

Com o objetivo de mapear padrões editoriais que permitem a identificação de uma noção de cultura brasileira apresentada na cobertura jornalística, centramos nossa análise dos resultados das seguintes variáveis: Subsetor de Arte e Cultura, Protagonistas e suas Características, Fontes e Origem das Fontes. Elas permitem identificar as áreas culturais e/ou artísticas com mais espaço na cobertura, quem são as pessoas protagonistas, que características são destacadas nas peças e quem tem espaço para falar na cobertura jornalística.

5.1 Subsetores de Arte e Cultura

As áreas que predominam na cobertura sobre o Brasil no jornal *Público* - Música (41), Cinema (16), Artes Visuais (13) e Livros (13) - seguem a lógica das indústrias culturais e do mercado, o que significa uma divulgação extensa e planejada dos seus produtos e artistas. O predomínio de Cinema, Livros e Música na cobertura cultural também foi identificado nas investigações de Santos Silva (2016) e Baptista (2017) sobre o jornalismo cultural português.

Tendo em conta nosso recorte, peças centradas na produção cultural brasileira em um jornal português, entendemos que o predomínio dessas áreas em detrimento de outras precisa ser entendido além da lógica do mercado. Visibilidades e apagamentos relacionam-se diretamente com a colonialidade do poder, entendida por Quijano (2005) como um elemento do capitalismo contemporâneo.

Não estiveram no foco de nenhuma peça os seguintes subsetores: Arte de Rua, Dança, Gastronomia, Política Cultural, Economia da Cultura e Indústrias Criativas. Essas ausências ou invisibilidades remetem a áreas próximas de uma ideia de práxis decolonial (WALSH, 2018), ou seja, aquilo que atua nas margens da ordem dominante. É o caso de Arte de Rua e de Dança, por exemplo, ou de áreas que suscitam debates sobre questões estruturais, caso de Política Cultural, Economia da Cultura e Indústrias Criativas. Cabe destacar, também, o caso de Gastronomia, subsetor que suscita uma série de debates sobre sua inclusão ou não na área cultural e que, em geral, tem um espaço separado nos jornais, fora das editorias culturais. Esse caso permite-nos inferir que há uma noção consensual cotidiana reproduzida na cobertura cultural de que a Gastronomia não está incluída no âmbito das manifestações culturais. Do ponto de vista mais específico, não se enquadra entre as manifestações artísticas brasileiras abordadas pelo jornal *Público*.

Os subsetores que estão no foco em um número menor de peças são: Arquitetura (4), Teatro (4), Língua Portuguesa (4), Política (3), Televisão (3), Performance (2), Séries (2) e Fotografia (1). Cabe destacar que Língua Portuguesa e Política não estavam previstos na tabela de análise criada, mas foram inseridos na codificação no espaço “outro”, que permitia o preenchimento por parte do analista. A maior parte das peças sobre Língua Portuguesa aborda o Acordo Ortográfico (3 crônicas) e uma peça noticia a reabertura do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Já as três peças sobre política abordam, respectivamente, casos de corrupção no Brasil (em formato podcast), e duas crônicas sobre a eleição de Jair Bolsonaro.

Os dois tópicos que emergiram na cobertura - Língua Portuguesa e Política - são reveladores de representações sociais e de questões que cercam uma noção de Brasil em Portugal. A primeira delas diz respeito às inúmeras diferenças entre a variante brasileira e europeia da Língua Portuguesa e ao fato de o Acordo Ortográfico nem sempre ser seguido em Portugal como forma de protesto - há autores que não aderem ao Acordo em seus textos. Barreiras linguísticas são exemplos de expressões da colonialidade do saber (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO; WALSH, 2018; CABECINHAS; BARROS, 2022) e o constante questionamento ao Acordo Ortográfico pode ser entendido como um reforço dessas barreiras. Por outro lado, o fato de um podcast da editoria de cultura do jornal centrar sua discussão em casos de corrupção no Brasil reforça uma noção estereotipada sobre o país já apontada por Arenas (2003).

Também foi possível identificar um número elevado de peças (10) sobre Patrimônio Cultural. Esse dado, no entanto, não indica um espaço maior para a discussão do tema ou necessariamente diversidade na cobertura. Isso porque todas as peças abordam um mesmo acontecimento, o incêndio no Museu Nacional, que ocorreu em setembro de 2018, no Rio de Janeiro. O caráter excepcional e o fato de o museu ter sido construído durante o período colonial fazem dessa cobertura algo atípico, que não permite inferir que o patrimônio cultural, enquanto temática, tem uma cobertura constante em outros períodos. Ao mesmo tempo, é possível identificar o acionamento da memória social (CABECINHAS, 2018) do período colonial como garantia de espaço na cobertura do *Público*. Não há, no entanto, uma abordagem crítica ao período colonial nas peças em questão.

A análise qualitativa das peças dos subsetores dominantes (Música, Cinema, Artes Visuais e Livros) indica que a maior parte delas tem relação com grandes atores do mercado, sejam eles editoras, gravadoras ou festivais. Há casos, inclusive, de viagens a convite, que revelam um gasto elevado em estratégias de divulgação. Essa prática consiste em convidar um jornalista de determinado meio de comunicação para cobrir um evento em outro local, cidade ou país, com todos os custos pagos pela organização do evento.

Tendo em conta o predomínio da Música (41 peças ou 35% do total) e a leitura pormenorizada dessas peças, é possível dizer que o jornal reproduz uma ideia estereotipada sobre a produção cultural brasileira. Trata-se de uma noção de que “os brasileiros são bons ao fazer música” que tem como pano de fundo uma série de outros estereótipos. O principal é a ideia de que há uma habilidade maior na área musical que em outras manifestações artísticas,

o que justificaria o predomínio dessa área em detrimento de outras. Em outras palavras, reduziria a produção artística brasileira à música. Esse estereótipo também leva a reflexão sobre o que está incluído nessa ideia de música brasileira, onde predominam artistas legitimados, homens e atrelados a uma ideia clássica ou estereotipada de MPB. Funk, rap e sertanejo, para citar apenas alguns exemplos, estão praticamente ausentes.

Ainda nesse sentido, artistas independentes ou de nicho encontram algum espaço no subsetor Música - Linn da Quebrada é um exemplo. Por outro lado, são raros - ou não existem - na maior parte dos outros subsetores, incluindo Livros e Artes Visuais. Predominam, como veremos na análise dos protagonistas, as pessoas inseridas e legitimadas por grandes estruturas, por exemplo instituições, prêmios e festivais.

5.2 Protagonistas

Mais da metade das peças jornalísticas focadas no Brasil (51,3%, 60) faz uso do recurso da personalização. Ou seja, uma única pessoa, que consideramos um protagonista, estava no centro da publicação. Desses, 33 eram homens, 23 mulheres e 4 não se identificaram na lógica binária. Com o objetivo de mapear padrões na cobertura e tendo em conta uma perspectiva interseccional (MAY, 2015), foram coletadas características dessas pessoas que estivessem explícitas nas peças, especificamente gênero, orientação sexual, nacionalidade e cor da pele.

Os dados revelam que os homens predominam, uma vez que protagonizam 55% das peças sobre o Brasil. As protagonistas mulheres são 38,3% do total e 6,7% identificaram-se fora da lógica binária de gênero (especificamente não-binário, trans, trans e travesti, trans não-binária). Reproduzimos, na coleta dos dados, as nomenclaturas utilizadas pelas pessoas nas peças em lógica de autoidentificação. Em todos esses casos, vale destacar, os protagonistas também se identificam como LGBTQIA+ e têm uma posição ativista em relação a essas temáticas, abordando-as em seus trabalhos artísticos e na entrevista que concederam ao jornal. É o caso da performer Jota Mombaça, da cantora Linn da Quebrada (protagonista duas vezes) e da performer Lyz Parayzo. Nesses exemplos minoritários é possível identificar a lógica de práxis decolonial, que atua nas fissuras da ordem dominante (WALSH, 2018) da cobertura que, mais uma vez, é masculina e branca.

De forma geral, foram identificadas poucas menções à orientação sexual e à cor da pele das pessoas em destaque nas peças. A maioria delas também está atrelada a expressões artísticas e de ativismo dos protagonistas. Apenas cinco protagonistas foram identificadas

como LGBTQIA+ e seis tiveram a cor da sua pele mencionada. Além de Lynn da Quebrada, Jota Mombaça e Lyz Parayzo aparecem a rapper Flora Matos e a cineasta Rosa Miranda. Em relação a cor da pele, cabe destacar que Portugal não tem dados demográficos sobre esse tema, pois não coleta essa informação no censo. Essa decisão acaba por afetar as discussões sobre a temática racial no país o que, de alguma maneira, é visível também na cobertura jornalística. Tanto em relação à cor da pele quanto à orientação sexual, identificam-se assim pessoas jovens e com carreiras estruturadas em uma lógica ativista e crítica. Não por coincidência, representam a minoria dos protagonistas analisados.

Dos 60 protagonistas identificados em peças focadas no Brasil, dois não são brasileiros. Trata-se da jornalista portuguesa Isabel Lucas e da escritora moçambicana Isabela Figueiredo. A primeira protagonizou uma peça sobre o Prêmio Oceanos, do qual foi curadora, e a segunda sobre a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), em que participou como convidada. Reforça-se, nesses casos, o potencial que grandes eventos, como a FLIP, e instâncias de legitimação, caso do Prêmio Oceanos, tem de garantir espaço na cobertura cultural.

A análise dos protagonistas revela, como já mencionamos, o predomínio masculino e da música. Foram protagonistas mais de uma vez: Chico Buarque (4), Caetano Veloso (2), Ivan Lins (2), Zeca Pagodinho (2) e o musicólogo Zuza Homem de Mello (2). Evidencia-se o espaço dado à música muito legitimada e a ideia de que a cultura brasileira é necessariamente musical. Entre as mulheres e as pessoas identificadas fora da lógica binária, estiveram no foco mais de uma vez apenas a diretora de teatro e cineasta Christiane Jatahy (3), que foi destacada como Artista da Cidade, em Lisboa, em 2018, e a cantora Linn da Quebrada (2). No caso de Christiane Jatahy, é importante considerar a questão da proximidade geográfica e a legitimação dada por uma instância portuguesa. Linn da Quebrada esteve em Portugal em 2018 para realizar shows, o que demonstra, mais uma vez, o papel da proximidade geográfica.

A leitura das peças com protagonista ainda indica outros padrões: a reprodução de material de divulgação, a entrevista com organizadores de obras ou curadores que são estrangeiros e uma série de peças de autoria da Agência Lusa, agência pública de notícias de Portugal. Parte desses resultados relaciona-se com o encontrado por Santos Silva (2016), que salienta o aumento das fontes documentais na cobertura cultural – por exemplo, as páginas oficiais dos artistas, suas publicações em redes sociais e no Youtube.

5.3 Fontes e Origem das Fontes

A análise das fontes revelou indícios de diferentes formas de invisibilidade. A primeira delas tem relação com o fato de 18,8% das peças desse recorte (22) não ter nenhuma fonte identificada. Isso significa que apesar das peças terem como foco o Brasil, não foi ouvida nenhuma pessoa para falar a respeito do tema.

Tendo em conta o olhar cruzado desta pesquisa - que busca referências ao Brasil no jornal português *Público* - foi estruturada uma variável chamada Origem das Fontes. A variável seguiu a lógica de endogrupo e exogrupo, salientada por Tajfel (1974) ao pensar nos estereótipos e na comparação social. Para o autor (TAJFEL, 1974), as comparações estão ancoradas na distinção, na ideia de “nós” e “eles”, e podem ser feitas dentro do grupo de pertença (endogrupo) ou em relação a um grupo externo (exogrupo). Desse modo, as fontes brasileiras ouvidas pelo *Público* foram consideradas exogrupo e as portuguesas endogrupo.

Quando centramos nossa atenção à origem das fontes, a maior parte (54,7%; 64 peças) das fontes ouvidas pertence ao exogrupo, ou seja, é brasileira. Por outro lado, 14,5% das peças (17) pertencem ao endogrupo, ou seja, é portuguesa. Há ainda 11,9% (14) das peças com fontes de mais de uma origem, ou seja, com origem mista.

A porcentagem de peças que aborda o Brasil, mas tem apenas fontes do endogrupo chama a atenção: 14,5%. Esse dado remete à ideia de colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2005), enraizada em uma visão eurocêntrica. Podemos pensar que essas peças são sobre o Brasil até certo ponto, visto que quem tem voz, quem fala, são fontes portuguesas. Em uma lógica de “nós” e “eles”, que estrutura a ideia de grupos de pertença (TAJFEL, 1974), os “outros” não chegaram a ser ouvidos.

Ainda que não seja o objeto de análise neste artigo, esses indicadores remetem a falhas nos processos de construção das notícias nas redações. A precarização do trabalho, a sobrecarga e a redução dos postos de trabalho nas redações em Portugal (MÜLLER, 2021) podem estar na origem do problema.

5. Considerações finais

Quando o jornalismo delimita e denomina uma editoria como cultural, insere nela temáticas, pessoas e expressões artísticas, contribuindo para a construção de uma noção partilhada sobre cultura em um determinado contexto. Neste artigo, buscamos mapear características e padrões editoriais da editoria de cultura do jornal português *Público*, focando em peças sobre o Brasil publicadas em 2018 (N=437). Esse recorte permite-nos mapear e

identificar características de uma noção partilhada de cultura brasileira construída pelo veículo português.

Por meio da Análise de Conteúdo de abordagem qualitativa e quantitativa, centramos nossa atenção às peças que tinham o Brasil no foco, selecionadas por meio de uma variável construída com esse objetivo. Na sequência, essas peças ($n=117$) foram analisadas tendo em conta as seguintes variáveis: Subsetor de Arte e Cultura, Protagonistas e suas Características, Fontes e Origem das Fontes.

Revelou-se uma noção de cultura brasileira hegemônica, elitista e tradicional, estruturada nas lógicas do mercado e do capital, com pouco ou nenhum espaço para o que emerge das margens ou fissuras da ordem dominante (WALSH, 2018). Tendo em conta os temas, protagonistas e fontes ouvidas, a cobertura do *Público* não é centrada na práxis decolonial (WALSH, 2018) e reproduz, em diferentes momentos, a colonialidade do saber e do ser (QUIJANO, 2005). Um exemplo disso, são as peças sem fonte ou que abordam o Brasil, mas não ouvem fontes brasileiras. A cobertura contribui, também, para a construção de uma ideia estereotipada (TAJFEL, 1963) da produção cultural brasileira, onde a música seria central em relação a outras manifestações artísticas, ausentes ou com pouco espaço na cobertura.

Em relação às representações sociais (MOSCOVICI, 1988; JODELET, 2018) e à memória (ERLL, 2011, CABECINHAS, 2018) destaca-se o acionamento da questão colonial por meio da associação, especialmente nas peças sobre o incêndio do Museu Nacional, sem críticas estruturadas ao período. Destaca-se, também, Política e Língua Portuguesa como temas que emergiram na cobertura da cultura. O primeiro remete a uma associação estereotipada a casos de corrupção brasileiros e o segundo acaba por reforçar diferenças linguísticas das variantes da Língua Portuguesa por meio da contestação, por parte de autores portugueses, do Acordo Ortográfico. A crítica constante ao Acordo pode ser entendida como um reforço de uma barreira linguística, ligada às lógicas da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005).

Uma análise pormenorizada da área musical permite-nos compreender melhor a questão dos estereótipos visíveis na cobertura e evidentes na abordagem dessa subárea. O principal deles é uma associação da cultura brasileira à música, que carrega uma ideia de que “os brasileiros são bons ao fazer música”. Essa noção acaba por reduzir, limitar ou dificultar o espaço das demais manifestações artísticas. Há um predomínio de artistas consolidados que se encaixam em uma ideia clássica ou estereotipada de Música Popular Brasileira (MPB). Ainda que o termo possa ser discutido de inúmeras formas e até mesmo não fazer sentido atualmente,

ele, de forma geral, abrange artistas consolidados. Nesse sentido, representantes de gêneros em crescimento como funk, rap e sertanejo têm um espaço muito inferior na cobertura ou estão ausentes. Ainda que a música seja apresentada como um marco da cultura brasileira, apenas determinados ritmos e representantes estão inseridos nessa ideia de música brasileira apresentada pelo *Público*.

Esses padrões estão ancorados em estereótipos sobre a produção musical brasileira. O principal deles seria acreditar que a música feita no Brasil se resume a uma concepção de MPB que se inicia nos anos 1950, a partir da bossa nova. Desse ponto de vista, há o acionamento de memória social (CABECINHAS, 2018) e de representação social (MOSCOVICI, 1988; JODELET, 2018) a respeito do que é a música brasileira ou de qual música brasileira merece mais destaque – pelos resultados encontrados, seria a que se encaixa em uma concepção de MPB. Nesse sentido, o jornal acaba, também, por reiterar a lógica hegemônica e patriarcal, com amplo espaço a protagonistas masculinos e, grande parte deles, brancos e de trajetória consolidada.

Questões fundamentais que cercam as identidades de muitos artistas e, também, sua produção cultural, aparecem de forma sutil na cobertura. Por exemplo, relatos de racismo, sexism, homofobia e transfobia, temas que nos últimos anos têm se tornado centrais no debate público sobre cultura, vem à tona a partir de alguns protagonistas específicos, que são minoria na cobertura analisada. Como já mencionamos, a práxis decolonial (WALSH, 2018) pouco aparece, o que prevalece é a lógica da colonialidade do saber e do ser (QUIJANO, 2005). Algo semelhante ocorre quando o tema é o passado colonial de Brasil e Portugal, mencionado esporadicamente e por associação.

Em linha com esses resultados, podemos dizer que os padrões identificados indicam uma valorização da erudição e da educação formal na cultura, elementos que remetem a uma ideia elitista. Isso acaba por desconsiderar ou conceder menos espaço a artistas ou movimentos com trajetórias diferentes, especialmente os que ascendem socialmente. Como consequência, a noção de cultura apresentada é limitada, uma vez que está atrelada à erudição e à formação.

Ainda nesse sentido, há uma valorização maior de ganhos econômicos que provêm de premiações, validadas por instâncias de legitimação, como o Itaú Cultural ou a editora Leya, do que a recordes de vendas. Esse afastamento dos ganhos econômicos remete a uma noção romântica de artista, enquanto sujeito que produz fora de uma lógica industrial e que, conforme



Janssen e Verboord (2015), acaba por desconsiderar os demais profissionais envolvidos nas etapas de produção de uma obra (produtores, cinegrafistas, figurinistas, revisores etc.).

Desse modo, a ideia de cultura brasileira apresentada pelo jornal português *Público* está distante de uma série de movimentos e artistas contemporâneos. Não ganham tanto destaque aqueles que ascendem socialmente, que não têm uma formação erudita, que trabalham em coletivos, que executam seu trabalho na rua, que são conhecidos de um público amplo ou que vendem muito. O *Público* constrói uma ideia de cultura brasileira pouco diversa, ancorada em instâncias tradicionais de legitimação e com amplo espaço para artistas consolidados, especialmente homens dedicados à área musical. E não dedicados a qualquer música, mas, sim, aquela que remete à MPB.

Referências

- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARENAS, F. **Utopias of Otherness - Nationhood and Subjectivity in Portugal and Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- BAPTISTA, C. Jornalismo cultural em Portugal – retrato de uma década e projecções para o futuro. In: BAPTISTA, C. (Org.). **A Cultura Na Primeira Página - Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal**. Lisboa: Escritório Editora, 2017. p. 43-85.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- CABECINHAS, R.; BARROS, M. de. Produção de Conhecimento, Reparação Histórica e Construção de Futuros Alternativos. Entrevista com Miguel de Barros. **Comunicação e Sociedade**, v. 41, p. 243–258, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).3719](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3719). Acesso em: 24 fev. 2025.
- CESARINO, L. Brazilian postcoloniality and South-South cooperation: a view from anthropology. **Portuguese Cultural Studies**, v. 4, p. 85-113, 2012. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/BRAZILIAN->

POSTCOLONIALITY-AND-SOUTH-SOUTH-A-VIEWCosta-CESARINO/ee6756b7fc4ce0ddba6bc4ee11019c6a315aea1. Acesso em: 24 fev. 2025.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GOLIN, C.; CARDOSO, E. Cultural journalism in Brazil: academic research, visibility, mediation and news values. *Journalism*, v. 10, n. 1, p. 69-89, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884908098321>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GRIPSRUD, J. The Cultural, the Political and the Functions of Cultural Journalism - In Digital Times. In: KRISTENSEN, N.; RIEGERT, K. (Eds.). **Cultural Journalism in the Nordic Countries**. Göteborg: Nordicom, 2017. p. 181-193.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. The social production of news: Mugging in the media. In: HALL, S. et al. **Policing the Crisis**. London and Basingstoke: The Macmillan Press, 1978. p. 53-77.

JANSSEN, S.; KUIPERS, G.; VERBOORD, M. Cultural Globalization and Arts Journalism: The International Orientation of Arts and Culture Coverage in Dutch, French, German, and U.S. Newspapers, 1955 to 2005.

American Sociological Review, v. 73, n. 5, p. 719-740, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/000312240807300502>. Acesso em: 24 fev. 2025.

JANSSEN, S.; VERBOORD, M. Cultural Mediators and Gatekeepers. In: WRIGHT, J. D. (Ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2nd edition. Vol. 5. Oxford: Elsevier, 2015. p. 440–446.

JODELET, D. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, p. 423-442, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LACY, S.; RIFFE, D. Sampling Error and Selecting Intercoder Reliability Samples for Nominal Content Categories. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 73, n. 4, p. 963–973, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/107769909607300414>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LOPES, S.; SOUSA, A. **Relatório de Migrações e Asilo 2023**. Lisboa: AIMA, 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MAY, V. M. **Pursuing intersectionality, unsettling dominant imaginaries**. New York: Routledge, 2015.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On decoloniality**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MÜLLER, M. **A cobertura jornalística da cultura na Folha de São Paulo e no Público (2012-2018): um olhar cruzado entre Brasil e Portugal**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/77299>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NEUENDORF, K. A. **The content analysis guidebook**. Thousand Oaks: Sage, 2002.

ROOSVALL, A.; WIDHOLM, A. The Transnationalism of Cultural Journalism in Sweden: Outlooks and Introspection in the Global Era. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 1431–1451, 2018. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/8228>. Acesso em: 24 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 17-142.

SANTOS, B. S. Between Prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. **Luso-Brazilian Review**, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3513784?seq=1>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SANTOS SILVA, D. **Cultural Journalism in a Digital Environment - New Models, Practices and Possibilities**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/17022>. Acesso em: 24 fev. 2025.

TAJFEL, H. Stereotypes. **Race**, v. 5, n. 2, p. 3–14, 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030639686300500201>. Acesso em: 24 fev. 2025.

WALSH, C. Decoloniality in/as Praxis. In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On Decoloniality**. Durham and London: Duke University Press, 2018. p. 15-102.

WILLIAMS, R. **The sociology of culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.